



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº /2021

(Da Sra. Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE**)

Requer a realização de Audiência Pública/Seminário, no estado de Mato Grosso, para discutir a Reforma Administrativa e suas repercussões na educação e nos serviços públicos.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, XIII e XIV, combinado com os Artigos 32, IX e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o colegiado desta comissão, a realização de Audiência Pública/Seminário, no estado de Mato Grosso, para discutir a Reforma Administrativa e suas repercussões na educação e nos serviços públicos, com o apoio da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação.

Para esta finalidade sugerimos que sejam convidados para a presente audiência pública: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação), Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT), Representações de Servidores Públicos de Mato Grosso, entre outros.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentada pelo governo Bolsonaro como uma modernização para a contratação do setor público, a Reforma Administrativa traz consigo uma agenda de precarização na administração pública e dos serviços públicos, notadamente a educação. A reforma, pouco debatida, propõe suspender concursos, constranger garantias orçamentárias previstas na Constituição, arrochar salários dos servidores, mesmo deixando de lado o topo do funcionalismo público. Em andamento, portanto, um profundo processo de desmonte do Estado brasileiro que impacta, com muito vigor, a educação, um dos serviços públicos mais fundamentais para a população. Com estas avaliações, a Reforma precisa ser fortemente esclarecida e debatida na sociedade.

O Governo vem justificando que os servidores públicos e, de maneira expressiva, os servidores da educação e da saúde representam um grande peso para a folha de pagamento da União e, portanto, antes de serem tratados com a importância devida na sociedade, são tratados como obstáculos, inimigos.

Sem maiores debates com as categorias envolvidas e com a sociedade em geral, propõe-se relativizar a estabilidade dos professores o que, certamente, afastará muito bons profissionais da educação pública, básica ou superior. Igualmente, os critérios relativos à





progressão e construção das carreiras serão impactados, o que se aplica aos serviços públicos de maneira mais ampla. Mas não há dúvida que a educação é dos setores mais impactados pela Reforma Administrativa.

Sabemos que o afastamento de profissionais da educação do serviço público beneficia e iniciativa privada que, como é sabido, não alcançará a maioria da população, notadamente as de mais baixa renda que precisam da educação pública e dos serviços públicos.

Pelo exposto, esta Comissão precisa se dedicar ao tema e apoiar o salutar debate e, para tanto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de Março de 2021

Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE**
PT-MT